

PGR “averigua” curso de Relvas na Lusófona

LICENCIATURA Caso nasceu em torno do número de equivalências dadas pela universidade privada ao ministro Miguel Relvas

O Ministério Público revelou ontem ao DN que está a averiguar a licenciatura do ministro Miguel Relvas na Universidade Lusófona.

“O processo está em averiguações, tendo sido já juntos documentos necessários”, disse o gabinete de imprensa da Procuradoria-Geral da República (PGR), respondendo a uma questão do DN sobre a “análise” ao caso que Pinto Monteiro anunciou em julho.

O caso da licenciatura do ministro adjunto e dos Assuntos Parlamentares, Miguel Relvas, começou a dar polémica por causa do número de equivalências que lhe foram concedidas pela Universidade Lusófona. De acordo com o processo do aluno que aquela universidade privada disponibilizou para consulta, há algumas semanas, foram atribuídos 160 créditos ao aluno

Miguel Relvas no ano letivo 2006/2007 (sendo que o curso tinha 180 créditos). Relvas fez num ano um curso de três, tendo apenas de fazer quatro exames. A média final foi de 11 valores.

No despacho assinado por Fernando Santos Neves, diretor do curso – que em 2006 também era reitor desta universidade privada –, são descritos todos os cargos e funções públicas ou privadas desempenhados por Miguel Relvas que serviram para justificar as uni-

dades de crédito concedidas para a sua inscrição e matrícula no curso de Ciência Política e Relações Internacionais.

Em meados de julho passado, a Reitoria da Lusófona do Porto comunicou a demissão de Fernando Santos Neves.

Na altura, também o primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, afirmou concordar com uma eventual investigação às licenciaturas de 2006 feitas com base em créditos ou validações.

Entretanto, decorre, sem resultados conhecidos, uma auditoria da Inspeção-Geral da Educação.



Miguel Relvas.
ministro adjunto